

ATA DE REUNIÃO

Processo Administrativo SIG n. 09.2020.00002405-5

Dados da reunião

Local: Procuradoria-Geral de Justiça

Data: 24 de julho de 2020

Participantes

Fernando da Silva Comin, Procurador-Geral de Justiça

Alexandre Estefani, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Douglas Roberto Martins, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor;

Ariadne Klein Sartori, Promotora de Justiça, Assessora de Gabinete

Luciano Trierweiller Naschenweng, Promotor de Justiça

André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde

Pauta

Reunião Institucional com o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde.

Deliberações

Item	
1.	<p>Aberta a reunião pelo Exmo. Senhor Procurador-Geral de Justiça, o qual agradeceu a presença de todos e imediatamente passou a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. André Motta Ribeiro.</p> <p>Informa o Secretário que, em 13 de março, solicitaram aos hospitais quem tinha capacidade de ampliação do numero de leitos de UTI e o que seria necessário para isso; disse que em discussão do CONASS com o Ministério da Saúde conseguiram ampliar o valor do financiamento dos leitos de UTI de R\$800,00 para R\$.1600,00; que esse valor deve cobrir insumos, RH, etc, exceto</p>

monitores e respiradores; disse que em 2018 o Governo do Estado repassou 89 mi e agora 300 milhões aos hospitais filantrópicos; disse que criaram critérios técnicos de valoração das unidades hospitalares e para cada porte foi definido o teto de financiamento; que para receber o teto é necessário comprovar o cumprimento das metas; que em março foi definido o repasse do teto COVID para todas as unidades, independentemente da comprovação de desempenho; discorreu sobre a dificuldade de fazer edital de chamamento de leitos privados pois é obrigado a lançar o edital a R\$ 1.600,00 e os hospitais privados cobram ao menos R\$ 3.000,00 por leito, então não tem interesse no edital a preço SUS; disse que se possível ofertar R\$3.000 no edital, com certeza haveria hospitais privados interessados, o que implicaria em ao menos mais 30 ou 40 leitos na grande Florianópolis; Dr. Douglas questionou sobre o planejamento de fazer edital com preço médio pago pelos planos de saúde e o Secretario disse que esse ainda é o plano, mas estão tentando superar as dificuldades legais; disse que mantém diálogo permanente com CGE e TCE para buscar soluções para essa questão e também para a contratação de UTIs móveis; disse que infelizmente algumas unidades solicitam habilitação e não ativam os leitos, o que causa um atraso; que já identificou 116 leitos nessa situação e que hoje são 27 leitos nessa condição; disse que o Ministério da Saúde lhe garantiu, na última quarta-feira, que vai habilitar 250 novos leitos de UTI e que vai renovar os leitos já habilitados por mais 30 dias; disse que os hospitais próprios e as OS se prepararam para aquisição de medicamentos do kit intubação; disse que os fornecedores não tem honrado a ata de registro de preços para aquisição de medicamentos; disse que há uma ata de registro de preços do Ministério da Saúde a qual os hospitais filantrópicos poderiam aderir; disse que, como último recurso, se constatado que há empresas em SC segurando o estoque, o Estado estuda realizar requisição administrativa dos medicamentos; Dr. Luciano disse que empresas informaram, no bojo de seu procedimento, que possuem esses medicamentos em estoque; disse que há dificuldade técnica jurídica para repassar esses medicamentos aos filantrópicos e às OSs; Dr. Luciano esclareceu que a razão principal do ajuizamento da ação foi a ausência de plano de aquisição dos medicamentos; colocou-se à disposição para formalizar nos autos da ACP um plano de aquisição dos medicamentos; o Secretario ponderou

que no início da pandemia solicitou aos hospitais informações sobre o que eles precisavam para as Utis e não informaram sobre os medicamentos, que a ata de registro de preços que o estado tem vigente não tem capacidade de atendimento dos filantrópicos e que os filantrópicos tem mais facilidade jurídica de aquisição, pois os procedimentos adotados pelo estado são, em regra, mais morosos; Dr Comin indagou a possibilidade de medidas conjuntas do PGE e MPSC para combater eventual sobrepreço das empresas fornecedoras de medicamentos; Dr. Luciano questionou o caso de um jovem de 21 anos, internado no Hospital Florianópolis, que recebeu morfina por falta dos medicamentos apropriados e acabou falecendo; secretario esclareceu que o medicamento mais importante para paciente covid é o relaxante neuromuscular, que bloqueia a inervação da caixa torácica, para que o aparelho faça a respiração artificial de forma mais fácil; disse que o Hospital Florianópolis (OS) tem obrigação de manter os medicamentos, e por isso foi notificado pela SES, mas de toda forma receberam medicamentos; Secretario disse que uma estratégia seria uma ACP para que estado, municípios, OS e filantrópicos apresentem seus estoques de medicamentos, para depois avaliar quem realmente precisa dos medicamentos, pois acredita que alguns estejam fazendo poupança de medicamentos; secretario disse que montar leitos de UTI é fácil, o difícil é conseguir RH qualificado para as UTIs, que por isso desde o começo o estado fez treinamento; Dr Comin disse que a AHESC reportou uma série de dificuldades na contratação de pessoal e que cogitam a vinda de profissionais do RJ e questionou se isso é uma possibilidade; Secretario disse também que há a possibilidade de os hospitais utilizarem as equipes de saúde da família dos municípios e bastaria a pactuação do hospital com os municípios; disse que há também a possibilidade de as OSs contratarem empresas que terceirizam mão de obra de saúde; disse que o Ministério da Saúde ofertou o cadastro de RH de profissionais do RJ que poderiam vir para SC; disse que informou aos filantrópicos que poderiam fazer contato com o Ministério da Saúde para contratação desses profissionais; Dr Comin questionou qual critério a SES está adotando para implementação de leitos de UTI; Secretário disse que há uma métrica de 1 a 3 mil leitos por 10 mil habitantes; disse que a média do estado é 2,19, mas algumas regiões tem média menor; disse que a ideia é chegar o mais próximo possível de 3 por 10.000; além

disso, leva-se em consideração quem mais precisa naquele momento; disse que o grande problema são os leitos já habilitados e não ativados; que acredita que, somando os equipamentos que já foram destinados aos hospitais e estão em fase de implementação, chega a 700 leitos; disse que há notícia de que a nova ala do Hospital Marieta fica pronta sábado; que o Marieta já recebeu 20 respiradores e por isso abriu novos 20 leitos; disse que tem perspectiva de, com a conclusão da reforma, colocarem mais 40 leitos de UTI e 42 leitos clínicos, que podem se transformar em terapia intensiva; que a ideia é colocar os equipamentos assim que o hospital disser que esta pronto para ativar os leitos; Dr. Luciano questionou sobre as clínicas de hemodiálise; disse que há 30 e poucas clínicas de hemodiálise em SC, que 1/3 tem relação com o estado e 2/3 com os municípios; que muitas delas são privadas; Dr Comin questionou o posicionamento do estado sobre medidas restritivas quando a situação estiver grave e os municípios não tomarem medidas; Dr André reiterou que se houver necessidade o estado vai intervir; Dr Comin esclareceu que o MPSC já está com ação minutada para exigir que o estado assuma o controle quando os municípios não adotarem medidas indicadas pelo COES; secretário explicou que a matriz de risco roda na terça, na quarta sai o alerta para o gestor municipal; Dr Comin e Secretario concordaram com a possibilidade de construir conjuntamente um fluxo para que estado reassuma controle quando gestor municipal for omissos, inclusive caracterizando a mora do gestor para fim de responsabilização. Por fim, o Secretário disponibilizou ao Ministério Público o material produzido pela Secretaria de Estado da Saúde contendo o histórico das ações do Governo no enfrentamento ao COVID-19 até a presente data.

Não havendo mais nada a tratar, o Procurador-Geral de Justiça agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Florianópolis, 24 de julho de 2020.

Ariadne Klein Sartori
Promotora de Justiça
Assessora de Gabinete